

700845

Biblioteca - Unemat - PLA



00013996

**BIBLIOTECA
UNEMAT**

Campus Universitário de Pontes e Lacerda-MT

RG N.º 13996

Data 19 / 08 / 2009

() Compra (x) Doação () Permuta

ESTADO DE MATO GROSSO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS

Célia Paula Coelho

DISCURSO POLÍTICO: POSIÇÕES SUJEITO PRESIDENTE/PARTIDÁRIOS

Pontes e Lacerda/MT

2008/1

81'42
[6722
2001

ESTADO DE MATO GROSSO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGEM
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS

Célia Paula Coelho

DISCURSO POLÍTICO: POSIÇÕES SUJEITO PRESIDENTE/PARTIDÁRIOS

Monografia de conclusão do Curso de graduação em Letras, apresentada ao Departamento de Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus Universitário de Pontes e Lacerda, como requisito parcial para obtenção do título de graduada e licenciada em Letras.

Orientadora: Professora Msc. Silvia Regina Nunes.

Pontes e Lacerda/MT

2008/1

BANCA EXAMINADORA

Aprovado em: ____/____/____.

Nota: _____

Orientadora: Professora Msc. Silvia Regina Nunes
Departamento de Letras
UNEMAT

1º Membro: Professora Drª. Eliana de Almeida
Departamento de Letras
UNEMAT



2º Membro: Professora Ms. Rosely A. Romanelly
Departamento de Letras
UNEMAT



Coordenadora TCC: Professora Ms. Rosely A. Romanelly
Departamento de Letras
UNEMAT

Dedico com muita ternura e carinho ao meu filho Eduardo, bênção na minha vida; aos meus pais, meus exemplos de vida, e aos meus queridíssimos irmãos, que me apoiaram nesta caminhada.

Agradeço a Deus que sustenta o meu corpo e o meu espírito, a todos os professores com os quais tive uma interlocução produtiva, em especial à minha orientadora Silvia Regina Nunes pela presença tão carinhosa e proveitosa na minha vida acadêmica, à Unemat por viabilizar mais um contato inesquecível com o mundo do conhecimento que surte em mim um efeito de realização. Enfim, a todas as pessoas que estiveram efetivamente do meu lado durante esse percurso, especialmente aos familiares que diretamente me ajudaram nos “bastidores” se dispondo de compreensão, de paciência, de préstimos, contribuindo assim para que meu objetivo se cumprisse.

"A interação não será de maneira nenhuma uma pacificação, um mútuo entendimento e um exercício livre das competências do sujeito. Ela será, em vez disso, uma luta pela palavra, uma luta com a palavra. A palavra é alvo do exercício de poderes que a controlam; os poderes não incidem apenas sobre os corpos, mas também sobre as palavras." FOUCAULT (1970)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	09
I-QUADRO TEÓRICO.....	15
II-LULA E A CARREIRA POLÍTICA: DE SINDICALISTA ÁPRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL.....	18
III-EFEITOS DE SENTIDOS INSTAURADOS PELA MIGRAÇÃO DA POSIÇÃO-SUJEITO PRESIDENTE PARA POSIÇÃO SUJEITO PARTIDÁRIA.....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27
ANEXOS.....	28

RESUMO

Com base teórica nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, a partir dos princípios organizados por Eni Orlandi (2001 e 1997) realizamos uma análise do discurso político, especialmente, do presidente Lula. Além deste referencial teórico, mobilizei, também, conceitos constituídos em Piovezani Filho (2003). Esta análise visa compreender os efeitos de sentidos instaurados pela migração da posição-sujeito presidente para posição-sujeito partidária no interior da FD socialista (Partido dos Trabalhadores) e também analisar como a revista *Veja* constrói imaginariamente esse discurso, ou seja, tomando como espaço de enunciação os discursos políticos que circulam na mídia em geral. Trabalhamos na relação entre o dispositivo teórico e analítico da AD para compreensão desse funcionamento.

Palavras-chave: formações imaginárias, formações discursivas, formações ideológicas, condições de produção e interdiscurso.

APRESENTAÇÃO

O fato que me despertou o interesse por desenvolver esta pesquisa se baseia no que diz respeito ao funcionamento de dois enunciados políticos publicados na mesma página da Revista Veja, na Seção *Veja Essa*, do dia 12 de setembro de 2007.

Procurei encontrar nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, a partir dos princípios organizados em Eni Orlandi (2001), pelas noções das Formações Imaginárias, das Condições de Produções, das Formações Discursivas, das Formações Ideológicas e do Interdiscurso, articulada com conceitos constituídos em Courtine (2003) e Piovezani Filho (2003) que teorizam sobre o funcionamento do discurso político-midiático, um princípio para compreender os efeitos de sentidos produzidos pelo discurso político em circulação na Revista Veja.

Fizemos uma leitura-outra do acontecimento político na mídia. Assim, dividimos este estudo em três partes: A primeira tratará do quadro teórico; a segunda apresentará um pouco da carreira política do Lula até a chegada à presidência e por fim a terceira e última parte que analisará os efeitos de sentidos constituídos pela migração da posição-sujeito presidente para a posição-sujeito partidário.

I-QUADRO TEÓRICO

Para a realização da minha análise busco nos pressupostos da Análise do Discurso, a partir dos princípios organizados por Orlandi (2001), a realização de uma análise do discurso político, especialmente, do presidente Lula. Além deste referencial teórico, mobilizarei, também, conceitos constituídos em Piovezani Filho (2003) sobre o funcionamento do discurso político na mídia.

A Análise de Discurso (AD) surgiu na década de 60 do século XX. Essa área de estudo configura-se a partir de elementos derivados de três áreas diferentes: a Lingüística (que se constitui na não transparência da língua), a Psicanálise (que mostra a não transparência do sujeito) e o Materialismo Histórico (que afirma a não transparência da história).

A Análise de Discurso, segundo Orlandi (2001), entende a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade social. Esta mediação é feita pelo discurso, ou seja, pelas práticas discursivas nas quais o homem se insere, sendo capaz de significar e significar-se. O discurso torna possível tanto a permanência e a continuidade, quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade na qual vive.

Ao constituir o discurso como seu objeto, a AD relaciona a linguagem à exterioridade e não trabalha com a língua enquanto sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com homens enunciando oralmente e por escrito, falando produzindo sentidos, enquanto sujeitos e membros da sociedade. Em consequência, considera o lingüístico como parte da prática do discurso e vê a história e a sociedade indissociáveis do fato que significam. A língua faz sentido pelo trabalho simbólico, e significa a partir do homem e da história.

Para melhor compreender a teoria da Análise de Discurso, neste trabalho, é necessário compreender as seguintes noções: Discurso, Sujeito, Ideologia, Sentidos, Interdiscurso (Memória Discursiva), Condições de Produção, Formações Imaginárias, Formação Discursiva (FD) e também as Formas de Silêncio.

Discurso

A noção de discurso para a AD, conforme destaca Orlandi (2001, p.21): “é efeito de sentidos entre locutores”, ou seja, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história.

O discurso é o lugar onde ocorrem as interpelações ideológicas, históricas e sociais que constituem os sujeitos e os sentidos. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há desse modo começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis.

As práticas discursivas, ou seja, o discurso são processos de identificação de sujeitos, de argumentação, de subjetivação e de construção da realidade, pois essas relações de linguagem são as verdadeiras relações de sujeitos e de sentidos, já que seus efeitos são múltiplos e variados.

Sujeito e Ideologia

Para a AD a noção de sujeito é aquele sujeito discursivo que para significar e significar-se necessita de ocupar um lugar. A esse respeito, afirma Orlandi (2001, p.49): “(...) O sujeito discursivo é pensado como posições entre outras. Não é uma forma de subjetividade, mas um lugar que ocupa para ser sujeito do que diz”. Nesse sentido, os sentidos se constituem conforme o lugar ocupado pelo sujeito no discurso.

Para a AD, a linguagem está materializada na ideologia e a ideologia se manifesta na língua, pois não há discurso sem sujeito, sujeito sem ideologia, ou seja; “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”. (Orlandi, 2001, p.17).

A ideologia não é vista como conjunto de representação, como visão de mundo ou ocultação da realidade, mas como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história. Por outro lado, é também a ideologia que faz com que haja sujeitos. Para Pêcheux (*apud* Orlandi, 2001 p.48) o mundo não é diretamente apreensível quando se trata de significação, pois o vivido dos sujeitos é constituído pela ideologia.

O Sentido

A questão do sentido é fundamental para a D, pois a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história: “o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua (...) o sujeito diz; pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele”. (Orlandi, 2001, p. 32). Assim, a AD rompe com a concepção de sentido como projeto de autor, rompe com a idéia de um sentido originário a ser descoberto.

A autora explica que os sentidos não estão somente nas palavras, mas nas relações com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem unicamente das intenções dos sujeitos.

A condição primeira da linguagem: a de ser sempre uma incompletude. Nem os sujeitos, nem os discursos e nem os sentidos estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo num movimento constante do simbólico e da história.

Estes sentidos inacabados resultam das relações de forças (poder) nas quais estamos inseridos. A construção de sentidos se dá a partir do lugar no qual a fala do sujeito é constituída. Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, essas relações de forças são sustentadas pelo poder desse diferentes lugares que se fazem valer na comunicação.

As Condições de Produção e o Interdiscurso.

As condições de produção, como diz Orlandi (2001, p.30), “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação”. De acordo com a autora, a memória discursiva constitui o interdiscurso, é o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. Para que as palavras tenham sentido é preciso que elas façam sentido. E isto é o efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o ‘anonimato’, possa fazer sentido em ‘minhas’ palavras. No interdiscurso, diz Courtine (1984), fala uma voz sem nome. (...) Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós entramos nele. Eles não se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidades na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não

somos o início delas. Essa é uma determinação necessária para que haja sentidos e sujeitos. O esquecimento dessa determinação é constitutivo dos sujeitos e dos sentidos. Os sujeitos ‘esquecem’ o que já foi dito – esse não é um esquecimento voluntário – para, ao se identificarem com o que dizem se constituírem em sujeitos. (Orlandi, 2001: 31-36).

Formações Imaginárias e Formação Discursiva

As noções das Formações Imaginárias consistem em três mecanismos de funcionamento do discurso: Relações de Força, Relações de Sentido e Antecipação. O primeiro mecanismo está ligado ao lugar a partir do qual fala o sujeito e é constitutivo do que ele diz; o segundo mecanismo diz que um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como dizeres futuros; e o terceiro mecanismo dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor. Todos esses mecanismos que constituem o funcionamento do discurso são englobados nas Formações Imaginárias: a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante. Nesse sentido, o mecanismo imaginário produz imagem da posição locutor, sujeito interlocutor e também a do objeto do discurso dentro de uma conjuntura sócio-histórica.

A noção de Formação Discursiva, segundo Orlandi, designa todo o sistema de regras que fundam a unidade de um conjunto de enunciados historicamente circunscritos e também se define como aquilo que numa Formação Ideológica dada, ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada determina o que pode e deve ser dito. ”A censura estabelece um jogo de relações de força pelo qual ela configura, de forma localizada, o que, do dizível, não deve ser dito quando o sujeito fala”. (Orlandi, 1997.p.79)

A noção de Formação Ideológica constitui, assim, um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas em relação às outras.

Nosso imaginário, segundo Orlandi, não surge do nada, mas sim do modo como as relações sociais se inscrevem e são regidas na história por relações de poder. A AD então encontra sua função ao atravessar esse imaginário que condiciona os sujeitos em

suas discursividades, para então tentar explicar o modo como os sentidos estão sendo produzidos e para, enfim, ajudar os sujeitos a compreender melhor o que está dito.

Formas do Silêncio

Para Orlandi (1997, p.105), “o silêncio não fala, ele significa”. A autora coloca que há duas grandes divisões nas formas de silêncio. O silêncio fundador que é aquele que torna toda significação possível e a política do silêncio que é a que dispõe as cisões entre o dizer e o não-dizer. Assim, a política do silêncio se subdivide em: o silêncio constitutivo, já que todo dizer cala algum sentido necessário e o silêncio local, a censura, a qual “é função da posição do sujeito, ou seja, do seu lugar de produção de sentidos no conjunto do dizível”. (1997, p.144). Dessa maneira, como diz Orlandi (1997.p, 105), “o silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso”.

Discurso político e relações com o funcionamento da mídia

A conjunção entre mídia e política na conjuntura brasileira surge na pós-modernidade trazendo a possibilidade do encontro de uma atualidade com uma memória o que promoverá uma nova caracterização da relação entre o “espetáculo” e o poder.

Pensando a mídia como prática discursiva, produto de linguagem e processo histórico, para poder apreender o seu funcionamento é necessário analisar a circulação dos enunciados, as posições de sujeito aí assinaladas, as materialidades que dão corpo aos sentidos e as articulações que esses enunciados estabelecem com a história e a memória.

Segundo Piovezani Filho (2003, p.55), a mídia assume a posição de porta-voz da sociedade civil e ao mesmo tempo, confronta-se com os agentes políticos. Dessa perspectiva, instaura-se um imaginário de que “a mídia cumpre uma função social imprescindível, qual seja, a função de desvelar criticamente as mentiras e os segredos”.

O capitalismo nos tempos pós-modernos trouxe para o espaço político como efeito dos padrões midiáticos o “espetáculo político” ou a “política como espetáculo”. Assim, como diz Chauí (1992, p.386): “na política, as imagens tornam-se muito sofisticadas e complexas porque precisam garantir, simultaneamente, estabilidade e

permanência ao poder e sua adaptabilidade, flexibilidade e dinamismo para responder as conjunturas”.

A competição pública não se faz entre partidos, ideologias ou candidatos, mas entre imagens que disputam valores como “credibilidade”, “confiabilidade” “respeitabilidade”, “inovação”, “prestígio”.

Segundo Piovezani Filho (2003), na pós-modernidade a fala pública arcaica: aquela das formas longas, geradoras de aborrecimentos, suspeitas de duplicidade, opaca, alusiva e mentirosa, opõe-se à fala pública moderna: aquela das formas breves, das pequenas frases, vivas e claras, na sua retórica despida, sua sintaxe liminar. Desta forma, a mídia traz uma nova perspectiva de transformação enunciativa na fala pública que a tornaria “interativa”, descontínua, fragmentada, como diz Courtine (2003, p.22) “Um discurso no qual ressurgiria enfim o indivíduo falante, enquanto o aparelho político apagaria: as vozes não seriam anônimas, cada umalaria em seu nome”.

Debord (1997) nos diz que o espetáculo “é uma forma de sociedade em que a vida real é pobre e fragmentária e os indivíduos são obrigados a contemplar e a consumir passivamente as imagens de tudo o que lhes falta em sua existência real”. Neste sentido a espetacularização da política na mídia brasileira estaria também constituída como um fenômeno da pós-modernidade, como diz Piovezani Filho (2003, p.51) “A política “espetacularizou-se”, inseriu-se, com efeito, nos padrões midiáticos”.

Partindo dessa idéia, o discurso político contemporâneo que circula na mídia e que produz a cultura do espetáculo foi aprimorado pelas novas técnicas de comunicação de massa (revistas, jornais, televisão) e tornou-se um produto de consumo. Assim, adota dois elementos essenciais impostos pelas determinações da mídia: a “brevidade” que abrangeria tanto a injunção à verdade, o “falar verdadeiro” e exprimiria em sua transparência as próprias coisas enquanto imperativo de simplicidade e o falar francamente, a língua ordinária, banalização cotidiana das idéias políticas. Portanto, “nessa dupla exigência (a verdade e a simplicidade) determina-se a adoção das formas breves no discurso político pós-moderno”. E a “conversação” que se trata, de fato, “de um efeito pretensamente desierarquizante, cujo objetivo é construir a imagem do político acessível, sempre próximo e aberto ao diálogo” (Courtine, 2003, p.56).

II – LULA E A CARREIRA POLÍTICA: DE SINDICALISTA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL

Luis Inácio Lula da Silva é conhecido como Lula, nome legal que adotou para poder representá-lo eleitoralmente, desde os tempos em que era representante sindical.

Durante a ditadura militar a prática de greves públicas de larga escala foi duramente proibida, então Lula, em 1978, enquanto líder sindical restaura essa prática a partir das greves do ABC paulista. Durante o movimento grevista surge a idéia de fundar um partido representante dos trabalhadores, esta idéia, com o tempo, amadureceu. Em 1980, Lula se juntou a sindicalistas, intelectuais, católicos militantes da Teologia da Libertação e artistas para formar o Partido dos Trabalhadores (PT); a partir desse momento, Lula se torna co-fundador e presidente de honra do PT. Em 1990, Lula intensificou suas atividades no partido, colaborando em estruturar as seções regionais do PT, assim sua participação neste processo é que o tornou uma figura essencial, simbólica e incontestável dentro do partido, mesmo depois de suas sucessivas derrotas eleitorais.

A fundação do PT, como diz Magalhães (2006), surge no início da década de 80 pelo Lula enquanto líder sindical do ABC paulista por meio de uma Carta de Princípios do Partido, a qual denunciava a pobreza e afirmava que esta seria possível de se resolver com o concurso “decisivo e organizado dos trabalhadores”. Lançando um olhar sobre a história do PT, percebe-se que o partido é considerado, como diz Otávio Cabral (Veja, 2007, p.70), “um partido de esquerda e ético, suas lideranças estão acima de qualquer suspeita e suas propostas têm legitimidade para resolver os problemas do país”.

Lula foi candidato a presidente por cinco vezes: em 1989, perdeu para Fernando Collor de Mello; em 1994, perdeu para Fernando Henrique Cardoso e em 1998, novamente perdeu para Fernando Henrique Cardoso.

O início do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, em 2002, foi marcado pela instabilidade econômica, com juros altos, elevações significativas no valor do dólar e aumento do “Risco Brasil”. Nesse contexto, ficou fortalecida a posição eleitoral de Lula nos quatro anos seguintes. Abdicando de seus erros cometidos em campanhas anteriores, como suas posições radicais, Lula escolheu para candidato à vice-presidência o senador mineiro e empresário têxtil José Alencar do PL, partido ao qual o PT se aliou.

Segundo Magalhães (2006), a campanha eleitoral de Lula em 2002, foi entregue aos cuidados do publicitário Duda Mendonça, “ex-marqueteiro” de Paulo Maluf. Apresentava um candidato bastante diferente das três campanhas anteriores: vestido de forma mais clássica, com o discurso mais ameno (tanto no timbre, quanto no conteúdo), apoiado por políticos que abominara no passado, mais propenso a negociação a respeito de pontos considerados de honra nas campanhas anteriores. Aliás, de todas as campanhas, foi esta a mais influenciada pelo jogo midiático, em que os publicitários e a participação de artistas foram fundamentais. A postura moderada do candidato do PT valeu-lhe o apelido “Lulinha Paz e Amor”, em contraponto ao radicalismo de seus discursos nas outras campanhas. A esse respeito, afirma Teixeira (2002) citado por Magalhães (2006):

(...) O PT de 2002 se apresenta agora com um Lula diferente. O discurso do candidato mudou e já não prega ostensivamente os valores das eleições passadas. A idéia de um Brasil socialista foi abandonada como projeto imediato. A promessa agora é de um governo de esquerda para combater a miséria, melhorar a educação do povo e organizar um sistema educacional e produtivo que proporcione oportunidade a todos de acordo com as capacidades e habilidades de cada um. Aos que ainda temem um governo radical e de ruptura, Lula aponta as administrações petistas estaduais e municipais como exemplo e diz que se preocuparam em cuidar honestamente dos recursos públicos e em atender prioridade as demandas populares.

E não foi só o discurso de Lula que mudou. Sob os cuidados de Duda Mendonça, Lula passou a usar ternos, a mandar confeccionar roupas em ateliês conhecidos e a usar um equipamento que sempre desprezara o *teleprompter*. Deve-se destacar que tais mudanças não foram desde o início bem aceitas por todas as alas do PT.

Os candidatos mais expressivos no pleito de 2002 foram Anthony Garotinho, Ciro Gomes e José Serra, candidato de FHC e principal oponente de Lula. Em uma campanha, como já dissemos, altamente espetacularizada pela mídia, em que não faltaram contundentes trocas de acusações entre os candidatos.

Foram conduzidos ao segundo turno: Luís Inácio Lula da Silva, com 39.443.765 votos (46,44% do total) e José Serra, com (23,2%). Lula finalmente ultrapassara o teto dos 30% que o perseguira nas eleições anteriores.

Em 27 de outubro de 2002, Lula foi eleito presidente do Brasil com 61,27% dos votos válidos, derrotando o candidato apoiado por Fernando Henrique Cardoso, o ex-ministro da Saúde e então senador pelo Estado de São Paulo, José Serra do PSDB. No seu discurso de posse, Lula afirmou: “E eu, que durante tantas vezes fui acusado de não

ter um diploma superior, ganho o meu primeiro diploma, o diploma de Presidente da República do meu país”. Com relação a esse discurso, percebemos que há a pressuposição de que para governar o país seria de suma importância que o representante tivesse um nível superior, pois só assim poderia administrar melhor o país, contudo neste momento de vitória o que importa, de acordo com o enunciado de Lula, é a posição de presidente, tenha ou não diploma superior.

Em 29 de outubro de 2006, Lula é reeleito no segundo turno, vencendo o ex-governador de Estado de São Paulo Geraldo Alckmin do PSDB, com mais de 60% dos votos válidos. Após esta eleição, Lula divulgou sua “intenção” de fazer um governo de coalizão, ampliando assim sua fraca base aliada. O PMDB passa a integrar a estrutura ministerial do governo.

Pensamos que o presidente Lula ao enunciar “um governo de coalizão” instaura um jogo político que proporcionaria um grande apoio por parte dos partidos da coalizão ao candidato do PT a presidência de 2010.

III - EFEITOS DE SENTIDOS INSTAURADOS PELA MIGRAÇÃO DA POSIÇÃO-SUJEITO PRESIDENTE PARA POSIÇÃO-SUJEITO PARTIDÁRIA.

Tentamos compreender os efeitos de sentidos que se produzem na migração da posição-sujeito presidente para posição-sujeito partidária na FD socialista (Partido dos Trabalhadores). Temos como objetivo, também, analisar como a revista *Veja* constrói imaginariamente esse discurso, ou seja, tomando como espaço de enunciação os discursos políticos que circulam na mídia em geral, no seu interdiscurso. Trabalhamos na relação entre o dispositivo teórico e analítico da AD para a compreensão deste funcionamento.

O corpus desta análise foi extraído da seção *Veja Essa*, da revista *Veja* do dia 12 de setembro de 2007. O Presidente Lula realiza um discurso no congresso do PT a respeito dos supostos escândalos de corrupção envolvendo os dirigentes do PT e o seu governo. Nessa questão do funcionamento discursivo o que funciona não é a posição do presidente Lula vista empiricamente, mas a posição discursiva que significa em relação ao contexto sócio-histórico e a memória discursiva.

A apresentação de algumas condições de produção do enunciado feito pelo Presidente Lula neste 3º Congresso Nacional do PT, em São Paulo, são necessárias para que se compreendam os efeitos de sentido.

O congresso do PT aconteceu na mesma semana em que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu aceitar a denúncia contra os quarenta acusados de integrar a maior e mais bem organizada quadrilha já descoberta agindo na estrutura de governo. Como se sabe, entre os nove, tinha posição de destaque no PT o deputado José Genoíno, processado por corrupção ativa e formação de quadrilha, que também era presidente do partido. Além dele, foram denunciados o ex-tesoureiro Delúbio Soares, o ex-secretário Silvio Pereira, o ex-ministro Luiz Gushiken, o ex-deputado José Dirceu, professor Luizinho e João Magno e os deputados João Paulo Cunha e Paulo Rocha.

O partido realiza durante três dias o 3º Congresso Nacional da legenda. Segundo a estimativa do partido, o evento deveria reunir cerca de 3.000 pessoas entre militantes, observadores e convidados, com a finalidade de tratar de questões relativas à política econômica do país e assuntos internos do partido. Os debates teriam três temas centrais: *O Brasil que queremos, Socialismo Petista e PT: Concepção e Funcionamento*.

A fala do presidente Lula se dividiu em três partes: nos primeiros dez minutos, seu pronunciamento foi a respeito das contas do PT e também sobre os escândalos; por meia hora leu o balanço de sua gestão. Ao final retorna ao assunto sobre os escândalos.

No início de seu discurso, por volta das 10h30, o presidente sinalizou que não entraria em conflito com o STF por conta dos julgamentos. Apesar de reafirmar sua crença no PT, admitiu que o partido havia errado ao criar o *Mensalão* e disse:

É verdade que podemos ter cometido erros, e os erros estão sendo apurados como precisam ser. Ninguém neste país tem mais autoridade moral e ética do que nosso partido. Admitimos que tem gente igual a nós, mas não admitimos que tenha melhor (...). Na hora em que algum de nós cometer um erro, por mais amigo que seja, ele estará subordinado às mesmas leis e regras do que os 190 milhões de habitantes (do Brasil) estão submetidos. (Veja, edição 2025, 2007, p.70-71).

Ao discursar para cerca de 3.000 pessoas no 3º congresso do PT o presidente Lula pediu aos militantes que defendessem os colegas acusados de crime na ação penal do *Mensalão*, instaurada pelo STF, e disse: “Sabemos que alguns companheiros nossos foram indiciados pela Suprema Corte. Mas eu queria que os petistas tivessem em mente uma coisa: até agora nenhum deles foi inocentado, mas também nenhum deles foi culpado”.

O presidente Lula ainda afirmou durante o discurso que a prioridade para as eleições de 2010 é que o candidato deveria ser alinhado com o projeto do governo. Para ele, seria necessário que o partido aprofundasse o debate sobre uma candidatura própria. Em seguida, disse ainda que a trajetória do PT não foi construída sem “ferimentos” e “sofrimento” e lembrou nomes ilustres da esquerda brasileira mortos em anos recentes.

Determinado historicamente por estas condições de produção podemos dizer que o presidente Lula está interpelado em sujeito pela ideologia do PT. Essa interpelação realiza necessariamente o apagamento da língua na história, produzindo o efeito de sentido do sujeito como a origem do que diz e é assim que suas palavras fazem sentido em relação a sua posição quando as emprega, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a formação ideológica na qual essa posição se inscreve, ou seja, a posição que o sujeito, neste caso o presidente Lula, ocupa na hierarquia sócio-política dá força e legitimidade ao enunciado:

Ninguém neste país tem mais autoridade moral, ética e política do que nosso partido. Admitimos que tem gente igual a nós, mas não admitimos que tenha melhor. (Veja, 2007, p.58)

Nesta sequência discursiva podemos observar que o discurso do presidente Lula exibe dispersão de sentidos que funciona no imaginário social da instituição política e partidária instaurando relações de forças. A posição ocupada pelo locutor, posição-sujeito político partidário, vai se definindo na sequência intradiscursiva antecipando fatos que mobilizam uma argumentação a favor da melhoria da imagem do partido. Essa posição-sujeito na qual o discurso do presidente se inscreve no interior da FD socialista, inicialmente apresenta-se como uma figura determinante, simbólica e incontestável dentro do PT. Os sentidos articulados nessa FD demonstram o processo pelo qual o presidente se subjetiva assumindo uma forma-sujeito político partidário que, incondicionalmente, representa e mantém a ordem estabelecida, ideologicamente, pelo PT.

Pensando no funcionamento da mídia como prática discursiva, produto de linguagem e processo histórico, é necessário que se analise a circulação deste discurso político, bem como as posições-sujeito aí assinaladas, as materialidades que dão corpo aos sentidos e as articulações que esses enunciados estabelecem com a história e a memória. A materialização desse deslocamento da posição assumida pelo presidente pode ser percebida na formulação discursiva já citada: “Ninguém neste país tem mais autoridade moral, ética e política do que nosso partido. Admitimos que tem gente igual a nós, mas não admitimos que tenha melhor”. (Veja, 2007, p.58).

O presidente Lula, na posição-sujeito partidária, antecipa-se aos seus interlocutores, militantes, observadores e convidados quanto ao sentido que suas palavras produzem no que trata do acontecimento histórico na política brasileira, o suposto esquema de pagamento de propina a parlamentares da base aliada do governo federal envolvendo o PT e ao afirmar em seu discurso que: “Ninguém neste país tem autoridade moral, ética e política do que nosso partido” percebemos que há um jogo de sentidos que está sendo produzido no que está dito, não está só nas palavras, na imagem do partido, mas sim no fato de Lula ocupar duas posições-sujeito concomitantes (presidente e partidária), isto no conjunto garante os efeitos sobre o interlocutor, portanto, surtirá o efeito de que o PT ainda é reconhecido nacionalmente como partido de esquerda e ético e que pode ser parafraseado da seguinte maneira: “PT é o partido mais ético de todos partidos” e seria de suma importância sua permanência no poder.

Ainda com relação a esse enunciado, a respeito da presença da ideologia comunista na constituição do PT, a expressão “nosso partido” significaria o “partidão”, o “melhor dos partidos”, apto a administrar a nação (remissão a base da constituição social deste partido, isto é, do papel que ele representa na sociedade) filia-se a rede interdiscursiva que rememora o longo período da história política de Lula enquanto co-fundador e presidente de honra do PT em 1978. Além disso, essa expressão mobiliza os sentidos de “coletividade” que quer dizer que o partido “é de todos” e que tem “algo em comum” com todos. Isso aciona o interdiscurso a respeito da fundação do PT (Lula se juntou a sindicalistas, intelectuais, católicos militantes da Teologia da Libertação e artistas para fundar o PT) e isto proporcionou o seu fortalecimento em nível regional e nacional na década de 1990, mesmo depois de suas sucessivas derrotas eleitorais. Então, esse sujeito assume a função enunciativa de porta-voz do PT, ou seja, enuncia como fundador do partido ou membro partidário fiel que acredita, ainda, na idoneidade de seu partido.

Ao dizer, “Admitimos que tem gente igual a nós, mas não admitimos que tenha melhor”, por exemplos, percebe-se que a própria materialidade lingüística sinaliza para o estabelecimento da união do saber e do poder do presidente Lula que fala do lugar do “presidente” (também) do PT, o qual, veicula um saber reconhecido socialmente como verdadeiro e por isso, gerador de poder em relação ao demais do grupo. Podemos também observar que o argumento introduzido por *mas* se opõe e predomina em relação à enunciação anterior, assim o jogo de sentido que funciona nesse discurso pode ser parafraseado da seguinte maneira: “Que todos os partidos políticos nesse momento estão no mesmo nível”.

A partir desse momento histórico na política brasileira, a mídia, ao veicular a denúncia dos supostos escândalos de corrupção envolvendo os dirigentes do PT e o governo do presidente Lula se mostra, como diz Piovezani Filho (2003, p.55), “como uma instituição que cumpre uma função social imprescindível, qual seja, a de desvelar criticamente as mentiras e os segredos políticos”, e também assume a “posição de porta-voz da sociedade civil e promete simultaneamente representar uma dada coletividade e confrontar-se com os agentes políticos”. Porém, fica apagada a idéia de que, mais do que denunciar escândalos à sociedade, o grande objetivo da mídia é o lucro, ou seja, a venda de exemplares da revista Veja, neste caso.

Partindo desse posicionamento, tendo a revista Veja funcionando imaginariamente como um veículo de comunicação de fato “à altura do povo

brasileiro”, procuramos acompanhar o trajeto histórico de sentidos materializados nas práticas discursivas na seção *Veja Essa*, da revista *Veja* do dia 12 de setembro de 2007. Apresentamos os seguintes enunciados políticos antagônicos (contra-discursos) que vêm destacados na mesma página da revista de maior circulação do Brasil, onde circulam vários enunciados realizados por pessoas importantes e famosas: políticos, modelos, jornalistas, ministros, as quais ocupam uma posição de destaque na sociedade brasileira e também são reconhecidas nacionalmente. Ainda logo abaixo do enunciado vem a posição-sujeito aí assinalada:

1) “Ninguém neste país tem mais autoridade moral, ética e política do que nosso partido. Admitimos que tem gente igual a nós, mas não admitimos que tenha melhor”. (*Veja*, 2007, p.58)

- O presidente Lula, no congresso do PT, sobre os escândalos na política brasileira, no qual o PT estaria envolvido.

2) “O presidente Lula assumiu o terrível papel de arauto da impunidade. O Brasil todo aplaudiu a decisão do STF que sinalizou o fim da impunidade e o presidente diz que o PT é modelo de ética?” (*Veja* 2007, p.58).

- José Agripino Maia, senador, líder do DEM, ironizando, criticando o pronunciamento do presidente diante desse momento que a política brasileira falta com a ética.

No enunciado 2 realizado por Maia, podemos perceber o sentido irônico ao enunciar “o presidente diz que o PT é o modelo de ética?”, justamente neste momento em que o Supremo Tribunal Federal decidiu aceitar a denúncia contra os parlamentares da base aliada do governo federal envolvendo o PT.

Observamos o discurso político, materializados nos enunciados 1 e 2 estão sendo agenciados pelo jogo dos padrões midiáticos, em que estes estão formulados em formas breves, de pequenas frases, ou seja, uma enunciação cambiável, fluida, imediata, que se prende ao instante antes de se inscrever na memória, privilegiando antes a astúcia verbal do que a estratégia discursiva, demonstrando o confronto discursivo no mesmo espaço de enunciação.

A mídia constrói uma cena enunciativa em que se colocam em confronto os dois enunciados. Essa encenação discursiva instaura sentidos em que a disputa pelo poder se configura como tema central para a continuação (perpetuação?) dos sujeitos envolvidos na máquina administrativa do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de um acontecimento histórico da política brasileira, os supostos escândalos de mensalão envolvendo os dirigentes do PT e o governo do presidente Lula, analisamos os efeitos de sentidos instaurados pela migração da posição-sujeito presidente para uma posição-sujeito político partidário no interior da FD do PT. Também analisamos como a revista *Veja* constrói imaginariamente esse discurso, no sentido de compreender a circulação de outros sentidos que foram silenciados ou apagados.

O enunciado do presidente Lula “Ninguém neste país tem mais autoridade moral, ética e política do que nosso partido. Admitimos que tem gente igual a nós, mas não admitimos que tenha melhor”, nos faz pensar que este, ao se subjetivar conforme a formação ideológica do PT aciona pelo interdiscurso imagens que remetem à sua carreira política enquanto líder sindical e também co-fundador e presidente de honra do PT em 1980, em que passara por um momento marcado por sofrimentos e lutas na constituição do partido, mas teve a superação das barreiras que levou a fundação do PT como uma grande liderança. Neste sentido percebemos que, implicitamente, o presidente enuncia que hoje a realidade do PT mudou. O partido passa por um momento de constrangimento/erro e precisa dessa força para reconquistar a sua liderança e se manter no poder.

Por outro lado, o Brasil esperava que o presidente Lula anunciasse alguma medida contra a corrupção, no entanto esta foi silenciada pela sua posição partidária na defesa do seu partido também envolvido nos escândalos, na tentativa de reconquistar a liderança no campo político brasileiro, portanto, neste momento caótico na política brasileira o que prevaleceu seria esta posição e não a do Presidente da República do Brasil (representante de 190 milhões de habitantes). Parece que a grande preocupação do presidente Lula seria o lançamento do candidato próprio do PT para a eleição presidencial de 2010 e a possibilidade de permanecer no poder.

A revista *Veja* na condição de porta-voz que “pode olhar o envolto e secreto, desvelando-o” (Piovezani Filho, 2003, p.61) nos informa a respeito da política brasileira contemporânea para que tenhamos opção na escolha do nosso representante, mesmo que seu objetivo principal seja a obtenção de lucro.

Gostaríamos de lembrar que esta foi apenas uma leitura possível de tantas outras que podem ser feitas. Este estudo não se esgota aqui e nem é pretensão que assim seja. Desta forma, seria muito importante que outros pesquisadores se dispusessem a realizar análises sobre a circulação do discurso político na mídia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Folha-online <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u324729.shtml>

COURTINE. J.J. *Os deslizamentos do espetáculo político*. In GREGOLIN. Maria do Rosário. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo (org.)*. São Carlos. Claraluz, 2003.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Versão para MSReader por Ciberfil Literatura Digital, 2001. Disponível em <http://www.ciberfil.org>

MAGALHÃES. Amarildo Pinheiro. *Sentido, história e memória em charges eletrônicas sobre o governo lula: os domínios do interdiscurso*. Maringá – PR, UEM, 2006. Disponível em <http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/apmagalhaes.pdf>

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 3ª edição. 2001.

———. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PIOVEZANI FILHO, Carlos Félix. *Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade*. In GREGOLIN. Maria do Rosário. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo (org.)*. São Carlos. Claraluz, 2003.

REVISTA VEJA. Editora Abril. Edição 2025-ano 40-nº. 36, 12 de setembro de 2007.

WÍKKIPEDIA. Luis Inácio Lula da Silva. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em 12 de junho de 2008.

ANEXO

Veja essa

"Ninguém neste país tem mais autoridade moral, ética e política do que o nosso partido. Admitimos que tem gente igual a nós, mas não admitimos que tenha melhor."

Do presidente Lula, no congresso do PT

"Sinto falta da galinha da minha mãe, do peixe do meu pai e da energia do povo brasileiro."

Gisele Bündchen, a top model, na coluna de Mônica Bergamo, na Folha de S. Paulo

"O presidente Lula assumiu o terrível papel de arauto da impunidade. O Brasil todo aplaudiu a decisão do STF que sinalizou o fim da impunidade e o presidente diz que o PT é modelo de ética?"

José Agripino Maia, senador, líder do DEM

"Lula pede solidariedade a mensaleiros e diz que pode haver alguém com moral igual, mas não superior, à dos petistas. Dante estava certo: no inferno, o teto é o chão."

Igor Gielow, jornalista da Folha de S. Paulo

"Nossa maior clientela em matéria penal reside no Congresso Nacional, nos membros da Câmara e do Senado."

Celso de Mello, ministro do Supremo Tribunal Federal

"Sou uma pessoa que tem muita fé. Teria eu o direito de ter vergonha ou de pedir desculpas pela minha fé católica?"

Carlos Alberto Direito, novo ministro do STF

"Em momentos de crise como este, a economia precisa de estímulos, não de grilhões. Não há por que dar asas ao discurso retranqueiro do medo."

Benjamin Steinbruch, diretor-presidente da Companhia Siderúrgica Nacional



MATERNIDADE PRECOCE, SONHOS MINGUADOS

A Universidade de Brasília aferiu o impacto da maternidade precoce sobre as adolescentes de baixa renda. A pesquisa comparou as condições de vida e as perspectivas de mães adolescentes com as de jovens que deram à luz após os 20 anos

	PROPORÇÃO DE SOLTEIRAS	RECEBEM DINHEIRO DO PAI DA CRIANÇA	TÊM PROJETOS COMO ESTUDO, CASAMENTO OU CARREIRA PROFISSIONAL
Mães adolescentes	84%	87%	33%
Mães adultas	60%	100%	97%

Fonte: Hospital Universitário de Brasília

